

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

DANIELLE JOHANSON JORGE

**CRISES E POLÍTICAS: a história econômica e seus efeitos
sobre o café – um estudo republicano e getulista.**

**FRANCA
2017**

Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

DANIELLE JOHANSON JORGE

**CRISES E POLÍTICAS: a história econômica e seus efeitos
sobre o café – um estudo republicano e getulista.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Uni-FACEF *Centro
Universitário Municipal de Franca*
para obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Tereza
Jacinto Teixeira

**FRANCA
2017**

DANIELLE JOHANSON JORGE

**CRISES E POLÍTICAS: a história econômica e seus efeitos
sobre o café – um estudo republicano e getulista.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Uni-FACEF *Centro
Universitário Municipal de Franca*
para obtenção do título de bacharel
em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Ana Tereza
Jacinto Teixeira

Franca, __ de _____ de 2017.

Orientador: _____

Nome: Ana Tereza Jacinto Teixeira

Instituição: Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

Examinador(a): _____

Nome:

Instituição:

Examinador(a): _____

Nome:

Instituição:

Agradeço a Deus, minha família e meu filho, por toda força que empenharam para que eu vencesse essa luta.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado foco e força, além de ser meu chão quando eu me sentia fraca. Não foram momentos fáceis, portanto com fé e persistência, mais uma etapa foi vencida. Em segundo lugar, ao meu filho, Felipe, a razão da minha motivação e quem me despertou o desejo e vontade de ir mais além. À minha família, meu pai, Luciano, que sempre me apoiou, vivenciou comigo momentos difíceis e sempre esteve ao meu lado, minha avó, Abigail, que sempre acreditou em mim e me ajudou quando mais precisei, minha mãe, Anecler, que acompanhou minha luta e esteve sempre presente em oração meus irmãos, Rafaella, Isabelle, Lucas, Emily e Stéphânya, que muito além do vínculo sanguíneo, foram meus melhores amigos e companheiros, meus sobrinhos, Lorenzo e o(a) que está a caminho, por me darem o privilégio e magia de ser tia, minha tia Nilda, a quem puxei muito no jeito de pensar e sempre me tratou como uma filha.

Sou muito grata também pelo corpo docente da faculdade Uni-FACEF, que com grandes professores (Márcio, Hélio, Almir, Elvisney, Carlos Bruno, Thalisa, Edna, Heleno, Fernando, Mendes, Guedine, Gera, Pedro, Fernandina, José Alfredo, Hécio, entre outros que participaram da formação acadêmica, mesmo que indiretamente), me fez despertar o interesse nas matérias desenvolvidas durante o curso, admirar e ter vontade de ir mais além, graças às suas competências.

À minha coordenadora e orientadora, Professora Doutora Ana Tereza Jacinto Teixeira, que com sua serenidade e conhecimento, fez com que eu pudesse conduzir o trabalho baseado em valores, além de me orientar não só como aluna, mas fez com que me sentisse especial com seus conselhos cheios de sabedoria que carregarei pra toda vida.

Agradeço às amigadas de infância, que estão comigo até hoje (Veridiana, Anabel e Isis), aos amigos que fiz durante o caminho e no período em que estive morando fora de casa, que me acolheram e convivemos alguns anos como “família”, companheiros de dores e risos (“Bia do Rio”, Jéssica, Mariana, Sarah, Paulinha, “Bia de Varginha”). A grande maioria desses estão distantes em quilômetros, porém o carinho permanece o mesmo. E por último, mas não menos importante, os que fiz nessa “nova jornada”, que participaram de muitos momentos da minha vida, muitos conselhos, muitos “happy hour”, muitas brincadeiras. Meus amigos da faculdade, Aninha, Per, Pedro e Adnan.

Eu só tenho agradecer por mais essa oportunidade e encerrar dizendo que sou muito feliz por ser rica daquilo que o dinheiro não pode comprar...

“Não se conhece completamente
uma ciência enquanto não se souber
sua história”

Auguste Comte

RESUMO

O mercado cafeeiro foi uma das maiores fontes de riqueza no início da República e durante boa parte do século XX. Durante esse período, alguns eventos relacionados a crises e políticas provocaram processos de ruptura no mercado de produção e exportação do café. Baseado nessas premissas, este estudo tem como objetivo analisar a influência das crises e políticas, entre o período de 1889 a 1954, e, sobretudo, verificar quais os níveis de importância para interferência dessas rupturas no mercado de café. Para tanto, será realizado um estudo de perspectiva histórica, não apenas voltado ao café, mas sim, com abordagem geral e, então, serão utilizados dados históricos do IPEADATA, referentes ao período, para mensurar os níveis de produção do café no período e a escoação desse produto via exportação. Dessa maneira, poder-se-á desenvolver respostas ao problema que move esse estudo, visando responder se todos os grandes eventos desse período tiveram grandes impactos nos fatores de produção e exportação.

Palavras-chave: Mercado Cafeeiro; República; Vargas;

ABSTRACT

The coffee market was one of the greatest sources of wealth at the beginning of the Republic and during much of the 20th century. During this period, some events related to crises and policies provoked rupture processes in the coffee production and export market. Based on these premises, this study aims to analyze the influence of crises and policies, between the period from 1889 to 1954, and, above all, to verify the levels of importance for the interference of these ruptures in the coffee market. In order to do so, a historical perspective study will be carried out, not only with a view to coffee, but with a general approach, and then historical IPEADATA data will be used to measure coffee production levels in the period and product via export. In this way, it will be possible to develop answers to the problem that moves this study, in order to answer if all the great events of that period had great impacts on the factors of production and export.

Keywords: Coffee Market; Republic; Vargas.

RESUMEN

El mercado cafetero fue una de las mayores fuentes de riqueza al inicio de la República y durante buena parte del siglo XX. Durante ese período, algunos eventos relacionados con crisis y políticas provocaron procesos de ruptura en el mercado de producción y exportación del café. En base a estas premisas, este estudio tiene como objetivo analizar la influencia de las crisis y políticas, entre el período de 1889 a 1954, y, sobre todo, verificar cuáles son los niveles de importancia para interferencia de esas rupturas en el mercado del café. Para ello, se realizará un estudio de perspectiva histórica, no sólo orientado al café, sino con un enfoque general y, entonces, se utilizarán datos históricos del IPEADATA, referentes al período, para medir los niveles de producción del café en el período y la salida del producto a través de la exportación. De esta manera, se podrá desarrollar respuestas al problema que mueve ese estudio, buscando responder si todos los grandes eventos de ese período tuvieron grandes impactos en los factores de producción y exportación.

Palabras-Clave: Mercado Cafetero; Republica; Vargas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA DO CAFÉ: aspectos gerais e enfoque brasileiro	13
3 AS CRISES E O CAFÉ DURANTE A REPÚBLICA VELHA: boom, subsídios e crescimento	15
3.1 Papelistas vs. Metalistas: antecedentes do Encilhamento	15
3.2 As contra-reformas: o metaparadigma que traria o paradigma do café no século seguinte.....	17
3.3 O paradigma do Café: Convênio de Taubaté e Caixa de Conversão	20
3.4 Guerra e Pós-Guerra: a primeira guerra mundial e a caixa de estabilização	23
4 ERA GETÚLIO VARGAS – 1930 a 1945: o rompimento da oligarquia	26
4.1 Política Econômica do Governo Provisório: 1930 – 1934.....	27
4.2 Revolução Constitucionalista e o Governo Constitucional.....	28
4.3 Constituição de 1937 e o Golpe Vargasista	30
5 ESTADO NOVO: economia, crises e política	31
5.1 O Cenário Externo.....	32
5.2 Nova Dificuldade e o Suicídio	32
6 CRISES E POLÍTICAS: seus efeitos sobre o mercado cafeeiro	34
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Dado o nível de importância que o café preconizou no Brasil, seus impactos nas políticas e na economia brasileira do final do século XIX e começo do XX, foram fundamentais e intrínsecos a história desse país.

Esse estudo tem como objetivo analisar a perspectiva histórica geral do Brasil, entre os anos de 1889 a 1954, e verificar pontos de rupturas políticas e de crises que podem ter impactado o mercado cafeeiro da época. Dessa forma, visando responder o seguinte problema de pesquisa: Como as crises e as políticas impactaram a produção e a exportação de café no Brasil?

Para tanto, como métodos científicos, utilizou-se a análise do referencial teórico desenvolvido no estudo em consonância aos dados históricos fornecidos pelo IPEADATA, caracterizando-se assim, o estudo *teórico-metodológico*.

No segundo capítulo dessa pesquisa, aborda-se aspectos gerais de nascimento do cultivo do café e sua história de chegada no Brasil, perpassando pelo seu desenvolvimento como produto importante durante o século XIX.

No terceiro capítulo da pesquisa, serão abordados temas políticos e econômicos da primeira república, 1889 a 1929, onde se encontrará os primeiros impactos no setor cafeeiro que tem grande evolução para o período.

No quarto capítulo apresenta uma abordagem sobre a Era Vargas, dentre o período de 1930 a 1945, tempo onde a questão social começa a fazer frente ao café, diante também, de uma pressão a industrialização que começa no período.

No quinto capítulo serão estudados os fatores que permeiam o Estado Novo, onde a crise do governo é pujante e culmina no suicídio do então presidente Getúlio Vargas. Vale ressaltar nesse período, a forte influência dos

Estados Unidos, principalmente, no que tange as exportações de café e a suas colocações de barreiras.

Para o sexto capítulo apresenta-se a relação entre o arcabouço teórico desenvolvido durante o estudo e a análise dos dados históricos, gerando assim, uma relação entre os pontos de ruptura de crises e políticas, frente a produção e exportação do mercado cafeeiro. Por fim, realiza-se as considerações finais da pesquisa, através da conclusão.

2 HISTÓRIA DO CAFÉ: aspectos gerais e enfoque brasileiro

A origem do café perpassa por diferentes países, continentes e culturas. Segundo Oliveira et. al. (2012), “[...] seu uso foi iniciado na África, passou aos persas e destes aos árabes que o divulgaram a partir do século XV como um grande estimulante. Através do comércio com os árabes, o café chega a Constantinopla e em pequeno espaço de tempo chegou a Europa”.

Contudo, o cerne de sua origem, sendo a história mais aceita dentre historiadores, é a *história do Pastor Kaldi*. Conforme aponta Oliveira et. al. (2012), a origem se deu da seguinte maneira:

Segundo a lenda, esse pastor, há mais de mil anos, foi o primeiro a observar, na Absínia atualmente Etiópia, que as ovelhas ficavam mais espertas quando pastavam os frutos do café. Após comentar com um monge no monastério, esse decidiu experimentar os frutos em infusão, verificando que após a ingestão da bebida, conseguia orar por longas horas o breviário. Assim, o café foi cultivado, pela primeira vez, em monastérios islâmicos no Yemen.

Já no que tange a chegada do café ao Novo Mundo, essa se deve aos holandeses. Conforme aponta Nunes (2010, p. 126), “[...] terão sido os holandeses a levar o café para o Suriname, de onde se propagou à colônia francesa de Cayenne e à colônia portuguesa do Pará, no Brasil”.

A chegada do café no Brasil, conforme aponta Rodrigues et. al. (2015), acontece por volta de 1727, quando o então governador do Estado do Maranhão, mandou o Sargento Francisco de Mello se deslocar até a Guiana Francesa para buscar a semente da planta que estava fazendo sucesso pelo mundo.

A primeira produção de café no Brasil, ocorrida na região do norte, é pouco expressiva, mas marca o ponto inicial da trajetória do produto no país. “Naquela região do Norte do País o café logo desenvolveu-se sem chegar entretanto a preponderar com muito destaque sobre as demais atividades. Em 1731 é contudo assinalada uma exportação de 7 libras peso” (FRAGA, 1963, p. 1).

Da região norte, o cultivo do café se expandiu para o Estado do Rio de Janeiro, marcando um desenvolvimento de uma cultura cafeeira expansionista. “No atual estado do Rio de Janeiro a cultura desenvolveu-se, nos

primeiros anos lenta, mas depois rapidamente e implantou-se com as características de exploração comercial semelhante às que até agora apresenta” (FRAGA, 1963, p. 2).

Dado o desenvolvimento que se deu durante o interím do final do século XVIII e início do XIX, marcado pela independência em 1822, conforme comenta Paim (2011), o setor de subsistência brasileiro começa a sofrer as consequências de pequenas indústrias e atividades terciárias. Contudo, a nova conjuntura do processo produtivo, que impetrava um círculo vicioso a economia brasileira do período, foi dada justamente pelo setor externo. Conforme aponta Paim (2011, p. 96):

A saída desse círculo vicioso foi possível através do setor exportador que se dinamizou graças à conjuntura favorável encontrada, a partir de 1830/1840 durante muitos decênios, pelo café. A atração exercida pela exportação, pelas oportunidades no mercado mundial, era a continuação do espírito mercantilista que havia dominado a vida econômica brasileira durante mais de três séculos.

A importância do café na pauta exportadora do país se torna pujante a partir de 1831, assumindo a vanguarda das exportações, que outrora ficava a cargo do açúcar e algodão. “Em 1831 o café assume a vanguarda dos produtos de exportação aí se mantendo ininterruptamente até nossos dias” (FRAGA, 1963, p. 5).

Baseado nesse contexto de nascimento, propagação, chegada e expansão, o café se desenvolveu no Brasil, acarretando diversas medidas políticas e econômica que vão marcar o ciclo de estudo dessa pesquisa, como pode-se observar a partir da próxima seção.

3 AS CRISES E O CAFÉ DURANTE A REPÚBLICA VELHA: *boom*, subsídios e crescimento

No preâmbulo que antecede o golpe que trará ao Brasil a República, os anos de 1880, é marcado por acontecimentos que mudariam os fatores políticos e econômicos do Brasil.

O crescente número de imigrantes que chegavam no país e o caminhar para abolição da escravatura naquele domingo, 13 de maio de 1888, colocavam em debate a liquidez de moeda no Brasil para suprir as demandas que se aproximavam. Como pagar os salários? Emitir mais moedas?

O fato é que “[...] a quantidade de moeda efetivamente em circulação em meados de 1889, era semelhante a que o país tivera no final da década anterior, algo em torno de 200 mil contos, e nada havia mudado no sistema bancário” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 4).

Diante disto crescia o debate entre papelistas e metalistas quanto a emissão de novas moedas e a obediência ao padrão-ouro, todas essas variáveis ideológicas influenciadas pelo precioso bem brasileiro: o café.

3.1 Papelistas vs. Metalistas: antecedentes do Encilhamento

No debate entre metalistas e papelistas, que vai perdurar durante boa parte da Primeira República, a questão se fundava na ortodoxia, ou não, do sistema monetário nacional.

De um lado, os metalistas alegavam superabundância de papel, fato que desencadeava *ágio sobre o ouro*, ou seja, desvalorização do papel moeda frente este e/ou a libra (que tinha conversibilidade). Segundo Franco e Lago (2011), nesse sentido os metalistas propunham a contração da oferta monetária, aplicando-se superávits fiscais com vista ao *resgate* de papel moeda para incineração.

Ainda conforme comenta Franco e Lago (2011), os papelistas, por sua vez, alegavam que a emissão de moeda era fundamental para a economia brasileira, seja para o pagamento de salários, seja para o crescimento

econômico do país. Vale ressaltar que para os papelistas, era incontestável que um aumento na oferta de moeda respondia diretamente a um aumento na demanda.

Nesse contexto se inicia a República, baseada na perspectiva de bons cenários, advindos ainda do período pré-republicano. Segundo Franco e Lago (2011, p. 9):

Em “[...] 1888 quando, inesperadamente, em decorrência da pujança das contas externas do país, e em particular da entrada de capitais associada à expansão do café e na infraestrutura, à imigração crescente e ao fim iminente da escravidão, a taxa de câmbio apreciou (ou valorizou) de modo a atingir os mágicos 27 pences por mil réis, a paridade oficial”

Com a ausência de *ágio sobre o ouro*, os metalistas se descuidaram da oposição ferrenha às medidas papelistas, e é em julho de 1889, que o Visconde de Ouro Preto autoriza a constituição do banco de emissão chamado Banco Nacional do Brasil.

Passado quatro meses, a Proclamação da República acontece, e sob nomeação do Marechal Deodoro, Rui Barbosa é nomeado Ministro de Finanças. Influenciado pelas ideias do Visconde de Ouro Preto, em janeiro de 1890, Rui lança o seu primeiro pacote econômico.

Neste pacote o Ministro Rui Barbosa autorizava a criação de novos bancos de emissão, conforme ensina Pelaéz e Suzigan (1981, p. 143):

“Esse documento tentava de forma clara fornecer o arcabouço legal para a execução dos pontos básicos para seu ‘plano de desenvolvimento’. As notas dos bancos de emissão seriam aceitas como moeda legal. Os bancos poderiam trabalhar em todo tipo de transações financeiras: empréstimos e depósitos, operações cambiais, empréstimos a curto e longo prazo à agricultura e a indústria, hipotecas e todo tipo de transações comerciais e industriais”.

Conforme comenta Pelaéz e Suzigan (1981) dois pontos iniciais são destaque desse processo empreendido por Rui Barbosa:

- Emissões limitada a 450 mil contos, duas vezes e meia o estoque de moeda existentes;

- As emissões seriam feitas na proporção 1:1 do lastro constituído não em ouro, mas em títulos da dívida pública.

Contudo, o problema começa a se instalar quando Rui Barbosa concede a emissão de mais dois bancos, em São Paulo, os quais teriam o privilégio de emitir o dobro do lastro em ouro, porém, sem conversibilidade. Logo em seguida, outro fator agravou o mercado bancário, a fusão de dois bancos, os quais poderiam emitir até 500 mil contos, dos quais 450 mil contos sem conversibilidade.

Por fim, para azedar de vez a política monetarista de Rui, o contexto nacional e internacional sofreram intempéries. Conforme aponta Pelaéz e Suzigan (1981, p. 145):

Com “[...] a situação política longe de estar assentada ao longo do ano, a especulação atingindo níveis perigosos e o panorama internacional prestes a azedar, em razão de dificuldades na Argentina repercutindo seriamente no banco Baring Brothers um dos mais importantes na praça de Londres.

No final de 1890, Rui Barbosa deixa o ministério de Finanças, acompanhado logo em seguida por Deodoro, que renunciava em favor de Floriano Peixoto, no conhecido episódio referenciado como o *Golpe da Bolsa*.

3.2 As contra-reformas: o metaparadigma que traria o paradigma do café no século seguinte

Como ministro de Floriano, assume Rodrigues Alves, que se tornaria presidente no início do século XX. Rodrigues, metalista, propõe o sistema de deflação através da *encampação* do papel moeda que de fato só seria impetrado em 1895, quando Rodrigues Alves volta ao ministério.

O período de Rodrigues Alves no ministério é relativamente curto, mais suas ideias são um prenúncio do que se verá nos próximos anos. Segundo Franco e Lago (2011), as ideias ortodoxas do período são:

- Valorização cambial de acordo com a paridade de 1846 (27 pence por mil réis);
- Redução do estoque de moeda;
- Equilíbrio Orçamentário.

Com a saída de Rodrigues Alves, assume também por um breve período, Serzedello Correia, que tinha como objetivo amenizar os ânimos no debate ideológico entre metalistas e papelistas. Desta forma, comentam Franco e Lago (2011), Serdezello,

“[...] extinguiu a faculdade emissora do novo banco, assim procurando agradar a bancada metalista, mais introduziu uma curiosa e polêmica inovação, os auxílios as industrias, que nada mais eram do que ‘bônus ao portador’, em cédulas de pequenas denominações e pagando 4% de juros, que o BRB poderia emitir em valores até 100 mil contos ‘a fim de socorrer às necessidades das industrias nacionais que tenham condições de vitalidade’”. (FRANCO e LAGO, 2011, p. 15).

Em 1894, Prudente de Moraes assume a presidência e Rodrigues Alves volta ao Ministério de Finanças para realizar seu projeto de *encampação*, mas para isto, necessitava de empréstimos internacionais para a execução do saneamento bancário, empréstimo concedido pelos Rothschild em 1895.

Entretanto no que consistia a encampação? Segundo Franco e Lago (2011, p. 17):

As operações de ‘encampação’ consistia em os bancos transferirem o total de emissões de papel moeda bancário para o governo, junto com os respectivos lastros, cabendo ao governo substituir as emissões bancárias na circulação por papel moeda no tesouro.

Aos bancos, na maioria das vezes tendo como base patrimonial empresas inviáveis, criadas ao longo do encilhamento, resultou em sérias deficiências de patrimônio, deixando-os agonizando prestes à morte.

Esse sistema de *encampação* trouxe um aumento considerável de dívida pública, que acabou sobre a égide de Bernardino de Campos. Assim, mais uma vez, a casa Rothschild participava da reconstrução do país, fornecendo através do chamado *funding loan*. Contudo, a contrapartida desses empréstimos era a adoção de severas medidas de saneamento fiscal e monetário.

Assim, o ápice das reformas metalistas foram inseridas pelo Ministro Joaquim Murinho em 1898. Seus objetivos se pautavam, segundo Pelaéz e Suzigan (1981, p. 145):

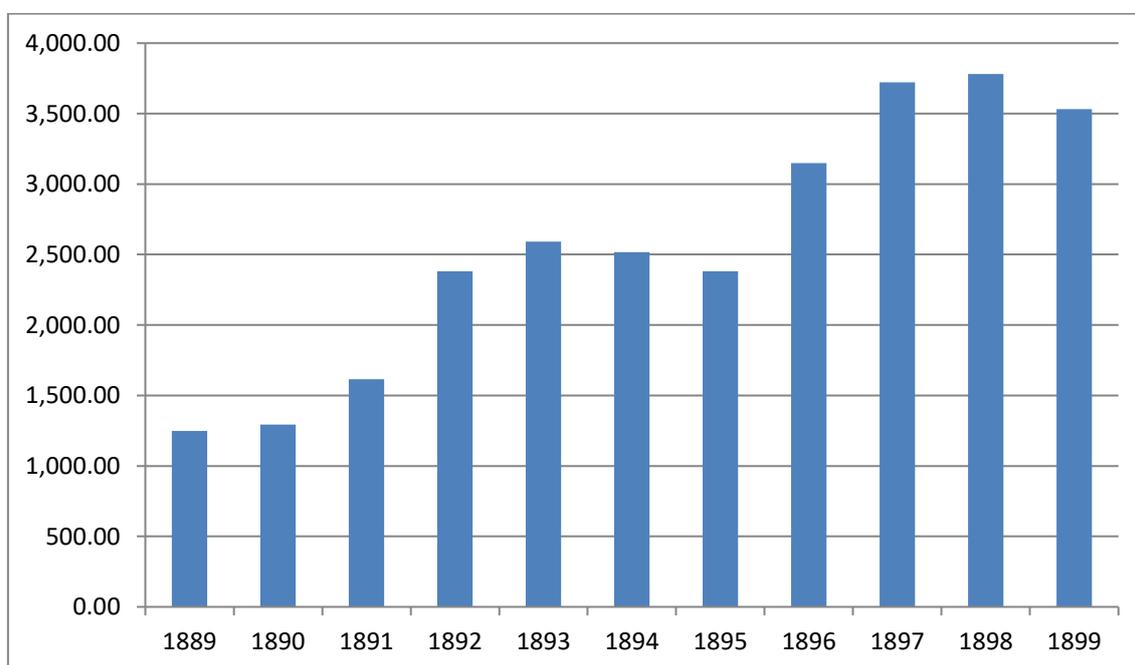
[...] a forma mais estrita da teoria quantitativa da moeda e a execução da lei do padrão ouro de 1846. O objetivo fundamental da política econômica era a manutenção da taxa de câmbio na paridade de 1846. As flutuações da taxa de câmbio poderiam causar expectativas adversas no setor empresarial e reduzir a entrada de capitais. No curto

prazo experimentar-se-ia uma contração econômica e a longo prazo crescimento a taxas muito baixas ou até mesmo estagnação.

Todo esse sistema incluía medidas austeras que afetariam níveis de emprego e renda real.

Conforme pode-se observar no Gráfico 1, há um aumento no custo de vida no Rio de Janeiro nos quatro últimos períodos gráficos. Assim percebe-se o custo social das medidas desempenhadas pelo ápice da contrarreforma no Brasil.

Gráfico 1 – Custo de Vida no Rio de Janeiro (XIX)



Fonte: IPEADATA, 2017.

Outras medidas também elevaram o nível de extremismo da gestão de Joaquim Murinho. Ele acreditava que a produção cafeeira deveria ser realizada pelos produtores mais fortes, pois uma generalização de produção aumentaria a quantidade de sacas de café e, em oposição, à queda dos preços.

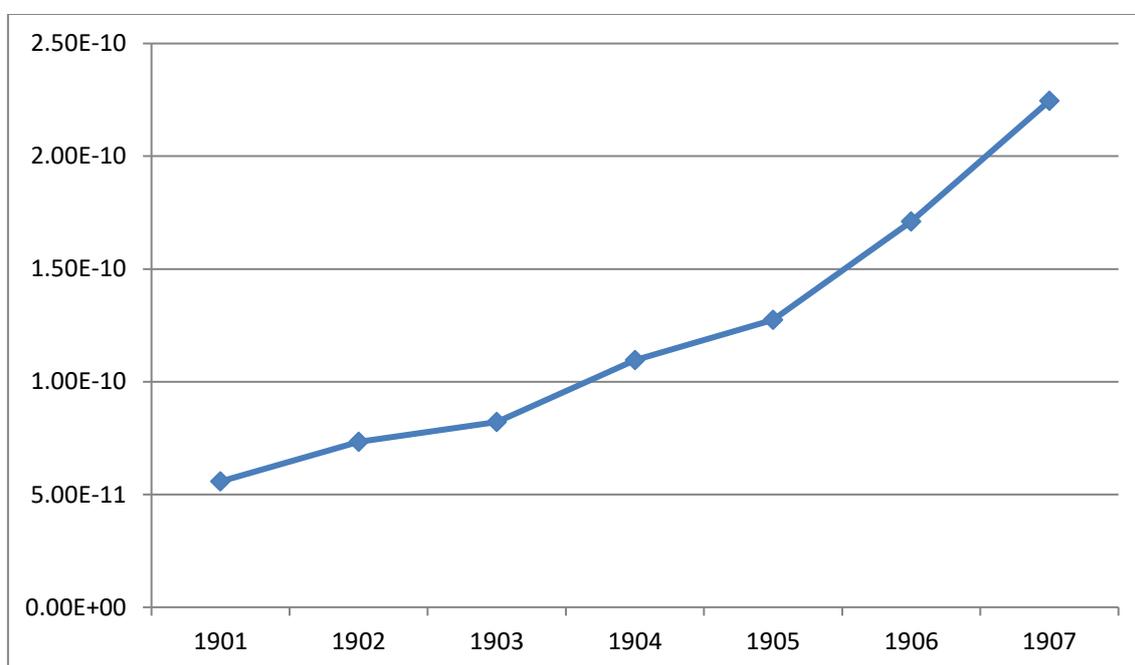
Em consonância, outro conjunto de medidas “[...] pretendia controlar a inflação. O contrato de *founding* continha uma cláusula prevendo a incineração periódica de cédulas bancárias do governo brasileiro” (PELAÉZ e SUZIGAN, 1981, p. 146).

Enfim, conforme comenta Pelaéz e Suzigan (1981), os efeitos da reforma de curto prazo promovida por Murtinho quase levou ao colapso do sistema monetário brasileiro.

3.3 O paradigma do Café: Convênio de Taubaté e Caixa de Conversão

Em 1902 Rodrigues Alves se elegeu presidente da República e seu Ministro da Fazenda foi Leopoldo Bulhões. A conjuntura internacional promoveu alguns bons resultados para o período. Esses resultados advindos principalmente de empréstimos para investimento públicos e privados.

Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)



Fonte: IPEADATA, 2017.

Conforme Gráfico 2, é possível perceber um crescente aumento na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) entre os anos de 1901 e 1907.

Segundo Franco e Lago (2011, p. 22) “[...] a formação de capital fixo do governo, que representara apenas 3% das despesas total em 1900-1902, saltou para 9% em 1903 com a nova administração e alcançaria 24% do total em 1912”. Vale ressaltar que o orçamento do período foi mantido equilibrado ao menos até 1908.

Contudo, é nesse período que o interesse do governo e, conseqüentemente do país, começam a se chocar com os interesses dos cafeicultores, gerando não uma repulsão, mais sim um alinhamento. E desta forma que a paridade do câmbio é defendida a níveis baixos, pois “[...] qualquer valorização significativa, acima de 11 ou 12 pences, representava uma ameaça à cafeicultura” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 23).

Dessa forma, atendendo aos pedidos dos cafeicultores, o Convênio de Taubaté, constituído em 1906, foi uma política com mecanismo de financiamento de estoque excedentes de café para manutenção dos preços. “O plano definido no *Convênio de Taubaté*, de fevereiro de 1906, consistia em uma política de aquisição financiada e retenção de estoque excedentes de café, visando a sustentação de preços” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 23).

Neste período, toda atenção estava voltada para a manutenção da paridade da taxa de câmbio e o preço das sacas de café. Conforme aponta Franco e Lago (2011, p. 24):

[...] com a ajuda de adiantamentos de importadores e de uma sobretaxa a exportação, São Paulo levantaria recursos de tal ordem a permitir que em junho de 1907, 8 milhões de sacas excedentes, o equivalente a uma boa safra anual, pudessem ser compradas e estocadas.

Já no governo de Afonso Pena, que sucedeu Rodrigues Alves, foi estabelecida uma instituição chamada Caixa de Conversão. Essa instituição, “[...] compraria divisas a uma taxa fixa emitindo notas de sua própria emissão, absorvendo, por assim dizer, o ‘excesso’ de divisas que vinha apreciando o mil réis” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 24).

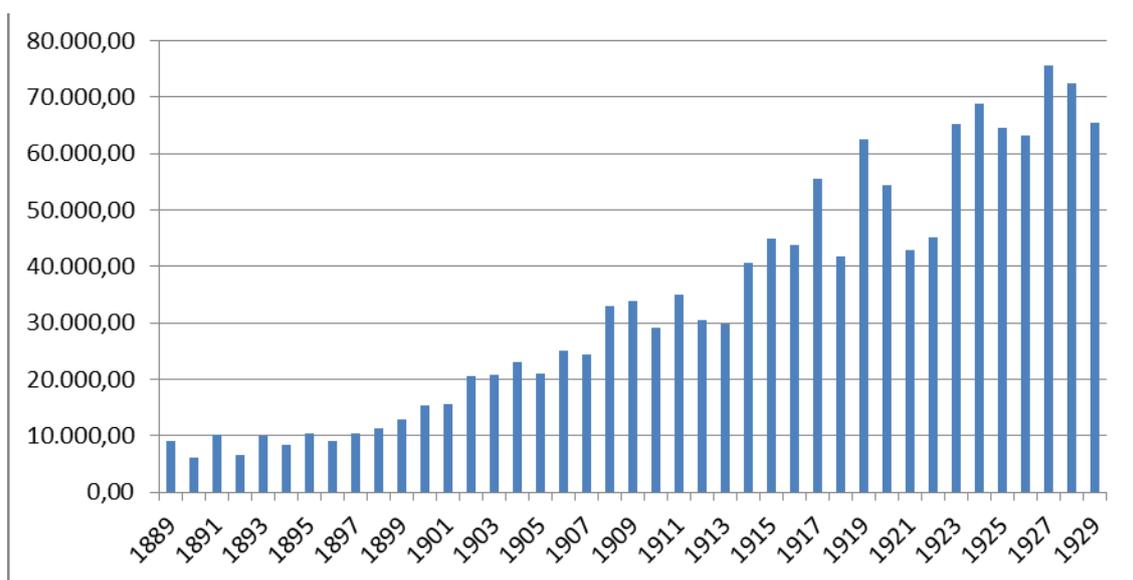
É, sobretudo importante salientar que a conversibilidade se aplicaria apenas a Caixa de Conversão, e não para as notas de circulação comum, emitidas pelo Tesouro, que continuariam ao sabor do mercado. Conforme cita Franco e Lago (2011, p. 24-25), outra importante função da Caixa de Conversão é que,

[...] quando a mão se invertesse, e houvesse déficit no balanço de pagamentos, as notas seriam resgatadas em outro ou dividas até esgotarem-se as reservas da Caixa de Conversão, ponto a partir do qual o país passaria ao regime de câmbio flutuante e provavelmente, o câmbio sofreria significativa depreciação.

Todo esse mecanismo funcionava de forma pró-cíclica, fazendo com que a Caixa de Conversão mais valorização do Café se tornassem sinônimos de superprodução para o futuro, pois quem iria querer ficar de fora dessa?

No Gráfico 3, a seguir, apresenta-se a evolução da quantidade de café exportado entre os anos de 1889 e 1929.

Gráfico 3 – Quantidade de Café - Exportação



Fonte: IPEADATA, 2017.

Dessa maneira, conforme comenta Franco e Lago (2011, p. 26)

[...]a trajetória da economia nos anos que se seguem é de vigorosa expansão. Em abril de 1910, o limite de emissões da Caixa de Conversão, inicialmente fixadas em 320 mil contos, foi atingido e com isso a Caixa tem suas emissões interrompidas. O câmbio inicia uma trajetória de valorização apenas revertida quando Hermes da Fonseca triplicou o limite original, e a retomada das operações da caixa fez o câmbio retornar aos 16 pence por mil réis.

Vale ressaltar que todo esse empenho do governo em relação ao café é devido a importância do mesmo para a balança comercial, pois segundo Franco e Lago (2011), entre 1908-1912 o café representava 54,2% do total de exportações, e o Brasil respondia com cerca de $\frac{3}{4}$ do total da exportação mundial de café, fato que gerava uma estrutura de mercado monopolista dado que a curva de demanda é que determinava os preços.

3.4 Guerra e Pós-Guerra: a primeira guerra mundial e a caixa de estabilização

A Primeira Guerra Mundial trouxe influxo de capital para os países da América Latina e afetou, em certo grau, para as exportações e importações brasileiras.

O primeiro sintoma sentido quanto a crise mundial, foi o fechamento da Caixa de Conversão em 1914 e a contratação de mais um empréstimo via *founding loan*. Assim sendo, o cenário produtor no Brasil se alterava, a indústria ganhou peso e o café perdeu alguns clientes, mas foi compensado pela depreciação cambial.

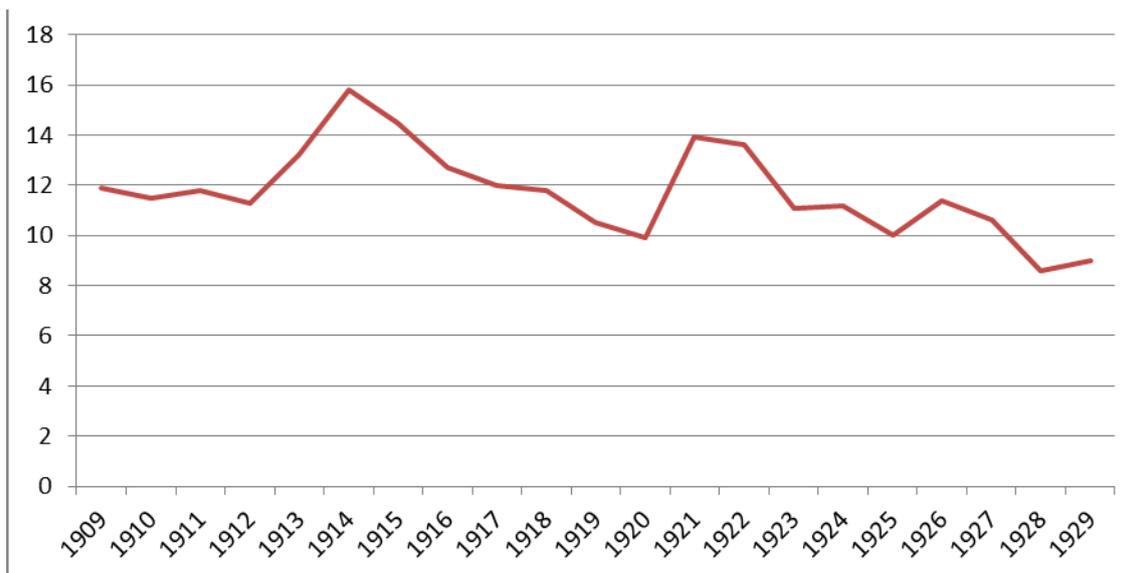
Entretanto, com a depreciação cambial, o Brasil ficou impossibilitado de importar máquinas para a evolução de sua indústria. Dessa maneira, aponta Pelaéz e Suzigan (1981, p. 156):

A indústria sofreu bastante devido à impossibilidade de instalar novos equipamentos. Numerosas oficinas mecânicas foram estabelecidas com o propósito exclusivo de consertar equipamentos importados para que durassem até o fim da guerra, mas foram fechadas no fim do período bélico.

Neste período há destaque para a Indústria Têxtil, por isso “[...] a interrupção do comércio internacional durante a guerra criou uma fome de produtos de algodão de forma que nem os piores tecidos eram rejeitados” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 36).

Alguns efeitos da Primeira Guerra Mundial foram positivos, com um aumento do PIB e diminuição da Dívida Interna, conforme aponta Franco e Elias (2011), o que é demonstrado no Gráfico 4. Dessa forma, a dívida interna na relação percentual ao PIB diminuiu entre o período de 1914 e 1920. Isto é, devido, sobretudo, a unificação de tarifas referentes a importação em 40%, ampliando a base de produtos.

Gráfico 4 – Dívida Interna em proporção do PIB



Fonte: IPEADATA, 2017.

Nos anos que findava a guerra o problema de super-safras ataca novamente o país. Assim, devido às expectativas de super-safra, o governo tem de intervir novamente comprando o excedente de sacas de café.

Fora do âmbito cafeeiro, outra onda surgia, a disseminação dos Bancos Centrais pelo mundo, e o Brasil logo fora afetado pela novidade. Dessa maneira, conforme aponta Franco e Lago (2011, p. 41):

[...] os chamados Money doctors, os especialistas financeiros que viajavam em missões a mando de bancos com vistas a introduzir 'instituições modernas' no contexto de condicionalidades para a concessão de empréstimos de estabilização.

Porém, o café surgia novamente frente aos assuntos do governo brasileiro. Em 1919, no governo de Epitácio Pessoa, o Ministro da Fazenda nomeado foi Homero Batista. Sua medida mais importante foi a criação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que possibilitava, conforme cita Franco e Lago (2011):

- Emitir notas até certo limite (100 mil contos) contra títulos comerciais, inclusive relativos ao café;
- O Tesouro poderia endossar *letras do café* e o Banco do Brasil deveria descontar essas letras.

Assim, o endividamento do Tesouro junto ao Banco do Brasil cresceu em níveis alarmantes, fazendo com que o Brasil contraísse novos

empréstimos. Em 1922, “[...] o Congresso autorizou o redesconto de títulos federais até 500 mil contos e ocorreu aumento explosivo da base monetária com pressão sobre a taxa de câmbio que no fim do ano se encontra a 1/3 do nível de maio de 1920” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 44).

Entre o biênio de 1925-26, outra mudança no cenário nacional se destaca, “[...] o governo federal retirou qualquer apoio a defesa do café, o que, curiosamente, resultou bem menos hostil a São Paulo do que poderia parecer” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 46).

Agora, já em um novo contexto, o mundo era regido pelos Bancos Centrais, o padrão-ouro voltava a vigorar novamente com relativa rigidez, ao menos em aparência. Desta forma, sob a égide do Presidente Washington Luís foi criada a Caixa de Estabilização. Este órgão do Tesouro Nacional tinha como “[...] objetivo emitir notas conversíveis à vista contra depósitos em outro – com requintes e cuidados para que soasse como um retorno triunfal ao padrão-ouro, seguindo uma tendência global” (FRANCO e LAGO, 2011, p. 47).

Assim , os empréstimos internacionais seriam mais facilmente adquiridos, fomentando assim a empreitada cafeicultora. Dessa forma, comenta Franco e Lago (2011, p. 48), que

[...] a abundância de capitais externos permitiu novos empréstimos públicos para resgate de dívidas pendentes e também o financiamento de diversas obras públicas que tendiam a aumentar o gasto doméstico e manter o nível de atividade.

Por fim, com um país movido ora por ideologias, outra pelo cultivo do café, o Brasil não soube, ou não pode aproveitar as oportunidades que se abateram sobre o país frente a conjuntura internacional.

4 ERA GETÚLIO VARGAS – 1930 a 1945: o rompimento da oligarquia

Os fatores políticos que desencadearam mudanças bruscas no processo político e, conseqüentemente, econômico do Brasil, advém do rompimento entre alternância de poder entre as oligarquias mineiras e paulistas.

O último presidente advindo deste pacto foi Washington Luis, que conforme comenta Gremaud (1997) que rompeu o processo sucessório, ao indicar Julio Prestes para ocupar a presidência, fato controverso a linha sucessória donde Antônio Andrada deveria ser o candidato original.

Diante desse rompimento, iniciou-se campanha de partidos de oposição para colocar frente a candidatura de Julio Prestes. É dessa forma que nasce a Aliança Liberal, com apoio de vários estados, tendo como candidato o presidente do Rio Grande do Sul, Getulio Vargas e, como vice, João Pessoa, indicado pelo estado Paraíba. Conforme aponta Cancian (2006):

Nas eleições de 1930 a Aliança Liberal apresentou como candidato a presidente o gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa para vice-presidente. Foram derrotados pelo candidato do governo, Júlio Prestes. Mas Júlio Prestes não chegou a tomar posse, porque meses depois das eleições eclodiu a revolução que colocou Getúlio Vargas no poder.

Apesar da conjuntura internacional, que sofria a contingência da quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, Julio Prestes obteve a vitória. Entretanto, um fato mudou o rumo pacífico da sucessão presidencial. Em julho de 1930, o vice de Vargas, João Pessoa, foi assassinado e diante disto, a tensão política se espalhou no ar, vigorando sobre o pedido de deposição do ainda vigente Washington Luis.

Já em outubro de 1930, desencadeou-se o processo revolucionário para deposição de Washington que em pouco mais de 20 dias alcançou seu objetivo almejado, instalando o Governo Provisório de Vargas. Logo, o governo provisório de Vargas, dissolveu o Congresso e os governos estaduais, nomeando políticos alinhados ao processo do Governo Provisório.

Neste primeiro período, que compreende de 1930 a 1934, além da centralização do poder, outro fator marca o governo de Vargas, sendo “[...] a

adoção de uma política trabalhista que passou a considerar a ‘questão social’ como questão de Estado, um dos principais marcos do início varguista” (GREMAUD, 1997, p. 100).

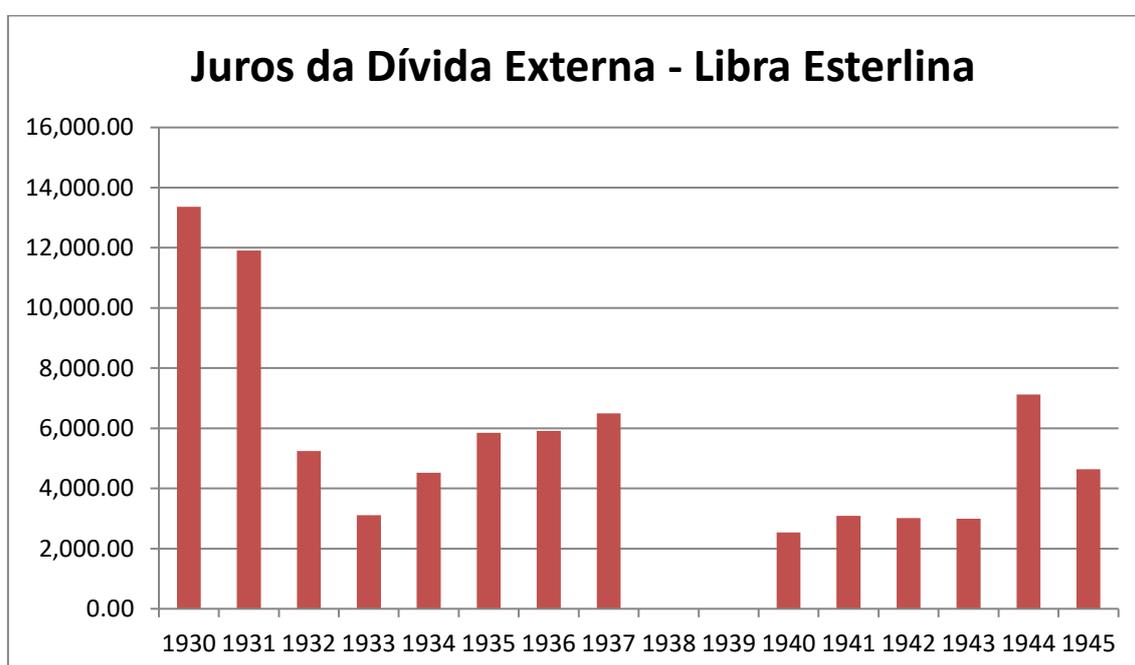
Conquanto, nesse período cria-se o Ministério do Trabalho fato que liga diretamente o Governo ao provo, com mediação dos sindicatos.

4.1 Política Econômica do Governo Provisório: 1930 – 1934

O período do Governo Provisório tem um grande ponto de inflexão: a crise de 1929. Esse fato econômico influenciou no influxo de capitais estrangeiros para o Brasil. “Entre 1930 e 1931 o mil-réis desvalorizou-se 55% (mil-réis/US\$)” (ABREU, 1992, p. 74).

O fator de influxo de capital e valorização cambial, gerou problemas para o pagamento da dívida externa, entre 1930 e 1931, inviabilizando de forma total qualquer solvência.

Gráfico 5 – Juros da Dívida Externa



Fonte: IPEADATA, 2017.

Como é possível analisar o gráfico antecedente, há um aumento expressivo dos juros da dívida externa no biênio 1930-31, demonstrando assim o período de instabilidade cambial sofrida pelo Brasil diante do influxo.

Junto a isto, o governo teve de impor controle as importações brasileiras, e, sobretudo, sustentar a demanda agregada, através da manutenção do preço do café, produto essencial a pauta exportadora brasileira.

Tabela 1 – Café (Preço de Importação nos Estados Unidos)

Ano	Preço/Saca de Café (US\$)
1929	20,4
1930	13,1
1931	10,1
1932	9,1
1933	7,9
1934	8,8

Fonte: ABREU, 2017

O governo, desta forma, interviu para amenizar a queda no preço do café, que obviamente seria compensado pela desvalorização cambial. “A partir de meados de 1931 iniciou-se a destruição de estoques em vista do descompasso entre o nível e a capacidade de absorção do mercado mundial” (ABREU, 1992, p.79).

Por fim, já ao final do período onde cessa o Governo Provisório, a situação da cafeicultura foi amenizada pelo Reajustamento Econômico, conforme aponta Abreu (1992), as dívidas dos cafeicultores foram reduzidas em 50% e recontratadas com prazo de 10 anos para pagamento. Isto corrobora para uma recuperação no final do período do governo provisório.

4.2 Revolução Constitucionalista e o Governo Constitucional

Em detrimento ao Governo Provisório que se estabeleceu em 1930, eclodiu em 1932 a mobilização militar chamada de Revolução Constitucionalista, que clamava, sobretudo, pela convocação da Constituinte.

Apesar da derrota do movimento revolucionário, este foi fundamental para a decisão do governo provisório em acatar a solicitação. Desta forma, é promulgada em 1934 a Constituição.

Através desta constituição, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República por voto indireto. Assim, Vargas comandaria o país entre 1934-37, quando seriam feitas eleições para nomeação do novo presidente.

No que tange a economia desse período, havia ainda a latente preocupação do governo em saldar a dívida externa, dado isso, o controle cambial (exportação/importação) tinha como objetivo manter a importação de bens essenciais e arrecadar divisas para pagamento da dívida externa.

Contudo, a partir de 1934, o controle cambial das exportações foi liberado. “Desta política, acoplada a política cafeeira, resultou uma expansão de 20% no valor das exportações entre 1935 e 1936, enquanto o nível de importações mantinham-se praticamente constantes” (ABREU, 1992, p. 84).

Como marco central do período do Governo Vargas, deve-se dar atenção especial, também, para as negociações do comércio internacional com o Brasil. De um lado os Estados Unidos, que conforme aponta Abreu (1992, p. 86), propunha uma política econômica multilateral, inclusive no que tange as relações Brasil-EUA, donde firmava-se acordo que “[...] o Brasil consideraria as concessões tarifárias que poderia oferecer aos produtos norte-americanos e os Estados Unidos manteria as principais exportações brasileiras livres de tributos”.

Outra relação comercial que vale destacar é a relação teuto-brasileira (Alemanha-Brasil), principalmente com a exportação de Algodão Brasileiro. Além disto, essa relação, conforme aponta Abreu (1992, p. 89):

[...] favoreceria exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares.

Conforme aponta Abreu (1992, p. 90) o comércio exterior entre 1928 e 1938, constatou que “[...] a participação norte-americana no mercado brasileiro caiu de 27% para 23%, a britânica de 22% para 10%, a francesa de 6% para 3%, enquanto a alemã crescia de 12% para 25%”.

4.3 Constituição de 1937 e o Golpe Varguista

Estava tudo pronto para as novas eleições que se aproximavam, porém, um fato inesperado esta por vir. Surge-se comentários de que haveria uma conspiração de inspiração comunista tendo em vista a derrubada do governo.

Contudo, segundo Gremaud (1997, p. 101) o fato é que “[...] Getúlio Vargas não via com bons olhos as eleições e preparava um golpe para manter-se no governo.” Desta forma, foi deflagrado um documento que segundo historiadores seria forjado, chamado de *Plano Cohen*, que teria em seu teor um processo conspiratório contra o governo.

Sendo assim, o Congresso foi fechado pela Polícia Militar em novembro de 1937, e na mesma noite Vargas anunciou a nova Constituição de 1937, que dá início ao Estado novo e o coloca no comando do país até 1945.

5 ESTADO NOVO: economia, crises e política

O período econômico que compreende o Estado Novo pode ser entendido como um período de aproximação das relações Estados Unidos-Brasil, mais por interesse americano; e de um sistema cambial que privilegiava a exportação.

Assim sendo, como Ministro da Fazenda do governo Vargas, assumiu Oswaldo Aranha, que em abril de 1939, promoveu a reforma cambial dividindo a taxa de câmbio em três tipos:

Quadro 1 – Tipos de Câmbio (1939)

Mercado Livre	70% do Câmbio para Exportação e Importação
Governo e Banco do Brasil	30% do Câmbio de Exportação deveria ser vendido ao BB com o valor mais favorável
Livre Especial	Taxa Especifica para remessa de lucros e dividendos estrangeiros (mais depreciada que a de mercado livre).

Fonte: Elaboração Própria.

Essa nova reforma cambial auxiliaria ao governo no pagamento da dívida externa, renegociada por Aranha. Logo, em 1939, eclode a Segunda Guerra Mundial.

No início do período de guerra, o Brasil sofre com a queda no nível de exportação e o influxo de capital estrangeiro que se propõe devido ao esforço de guerra. Contudo, conforme cita Abreu (1992, p. 94), a partir de 1941 ocorre

[...] a expansão foi assegurada pelo efeito combinado dos acordos de suprimentos de materiais estratégicos aos Estados Unidos, do aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados tradicionalmente supridos pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos.

Já em 1942, conforme aponta Abreu (1992), observa-se a entrada de capitais estrangeiros no Brasil e o acúmulo de reservas cambiais pelo governo brasileiro. Esta última, regida através de leilões de câmbio em bolsas de fundos públicos, consistia em uma negociação de Promessas de Venda de Câmbio

(PVC) que davam ao importador o direito à aquisição de câmbio no valor e na moeda estipuladas.

Conforme comenta Abreu (1992, p. 141) tinha por objetivo

[...] a arrecadação dos ágios decorrentes dos leilões de Promessas de Venda de Câmbio eram creditados no Banco do Brasil na conta compra e venda de produtos exportáveis, ondem eram lançadas as bonificações pagas aos exportadores.

Desta forma, esperava-se que da conta de ágios e bonificações, houvesse um saldo positivo.

5.1 O Cenário Externo

Em 1953 a situação monetária ainda permanecia complicada, o Tesouro Nacional se tornou devedor do Banco do Brasil, “[...] devido a aumentos de gastos do governo em obras públicas e com abonos concedidos ao funcionalismo civil” (GIAMBIAGI, 2011, p. 14).

Na afetação social, conforme aponta Giambiagi, 2011, p. 15):

[...] a inflação medida pelo IGP-DI deu um salto, do patamar anterior, em torno de 12% para 20,5%. A explicação, na visão ortodoxa, estaria no retorno do déficit público e na conseqüente expansão dos meios de pagamento. Na verdade, poderia também ser atribuída ao impacto das desvalorizações cambiais decorrentes da Instrução 70, que pressionavam os custos de produção das empresas.

Contudo, conforme comenta Abreu (1992, p. 143), “[...] o nível de investimento voltou a crescer a formação bruta de capital fixo do governo teve um crescimento real de 10,2% superado pelo setor privado, com 19,1%”.

5.2 Nova Dificuldade e o Suicídio

O ponto central do que culminaria em um álibi para a derrocada de Vargas, seria a proposta do Ministro do Trabalho, João Goulart, que propôs reajuste de 100% do salário mínimo, “[...] enquanto o percentual necessário para a recomposição do pico do reajuste anterior era de 53%” (GIAMBIAGI, 2011, p. 15).

Contra tal proposta, conforme comenta Giambiagi (2011), reclamada pelas classes dominantes, se colocavam a UDN, Fiesp, Exército e, inclusive, Oswaldo Aranha que propunha um reajuste de 33%. Toda essa

manifestação de descontentamento ficou conhecida como o *Manifesto dos Coronéis* que acabou culminando na queda do Ministro João Goulart.

Contudo, em 1954, Vargas aprovou o reajuste, porém, este não foi o estopim para sua deposição, que contaria ainda com o boicote dos E.U.A ao café brasileiro, gerando maior torvelinho por parte dos cafeicultores. O estopim foi aceso quando do atentado a Carlos Lacerda, prócer da UDN, atentado que acabou na morte do Major Rubens Vaz. Este atentado foi promovido por pessoas ligadas a Vargas, contudo, não se sabe da participação deste último.

Enfim, em 24 de agosto de 1954, Vargas era afastado do poder, diante da notícia o ex-presidente se recolheu em seus aposentos e desfechou um tiro em si; cometendo o suicídio e “saindo da vida para entrar na história”.

6 CRISES E POLÍTICAS: seus efeitos sobre o mercado cafeeiro

Nesta seção pretende-se relacionar as crises internas (inclusive políticas) e externas que puderam afetar o mercado cafeeiro, tanto em nível de expansão, quanto para um nível de contração.

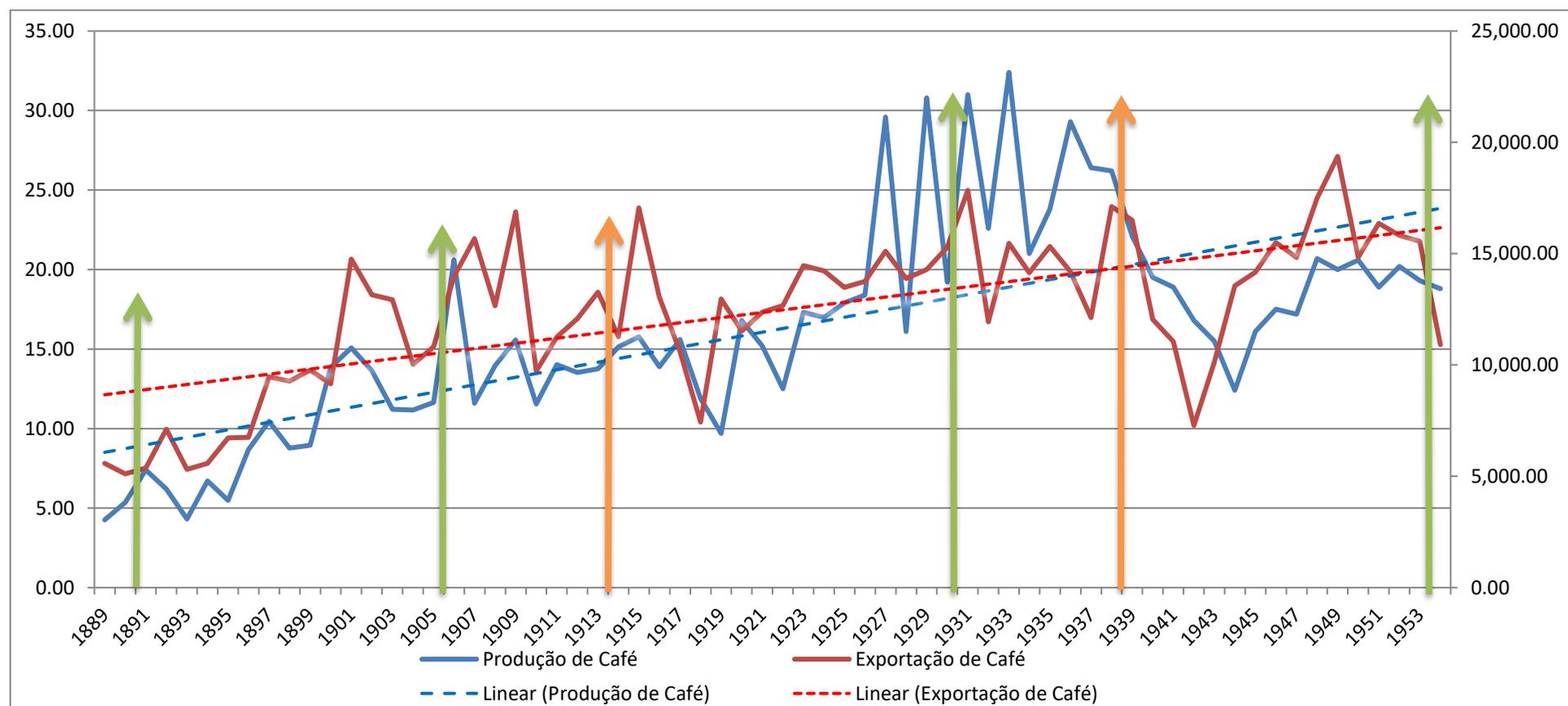
Como fonte de análise, selecionou-se seis períodos nevrálgicos que tiveram impactos importantes sobre o setor, dando a cada um desses os caracteres de **(I)** para impactos em nível interno da economia e **(E)** para impactos de nível externo na economia.

- I. Encilhamento (1891) **(I)**
- II. Convênio de Taubaté (1906) **(I)**
- III. Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) **(E)**
- IV. Getúlio Vargas e Queima do Café (posse 1930) **(I)**
- V. Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) **(E)**
- VI. Derrocada do Governo Vargas (1954) **(I)**

Dessa forma, produziu-se o Gráfico 6, uma relação entre Produção de Café no Brasil, entre os anos de 1889 a 1954, e sobretudo, a exportação de café para o mesmo período, gerando uma correlação desses fatores com possíveis pontos ruptura, acima citados, que possam ter influenciado a dinâmica da economia do café para o período de recorte.

Portanto, analisar-se-á, primeiramente, as relações gráficas entre os pontos determinados, colocando tais relações diante do estudo realizado através do referencial teórico. Logo, será feita uma disposição com os resultados obtidos entre a análise teórica e a análise gráfica de disposição dos dados.

Gráfico 6 – Produção de Café vs. Exportação de Café



Fonte: IPEADATA

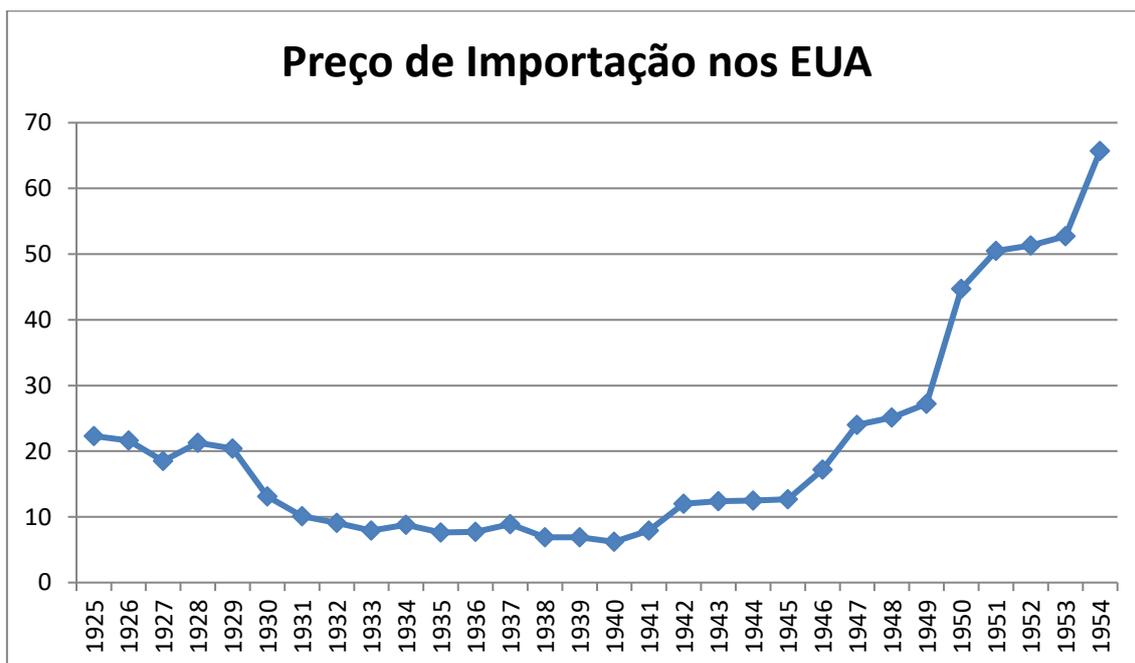
No Gráfico 6, além das séries temporais, colocou-se setas para identificar os pontos de ruptura, sendo as *setas verdes* para rupturas internas, e as *setas laranjas* para as rupturas externas. Portanto, através do gráfico, chegam-se as seguintes análises:

- I. **Encilhamento (1891):** Para o período que ocorre o Encilhamento, existem poucos efeitos em relação a exportação e produção do café, apesar dessa última, apresentar uma tendência linear de crescimento. Contudo, não existe um significativo efeito no mercado cafeeiro para essa primeira crise analisada;
- II. **Convênio de Taubaté (1906):** O Convênio de Taubaté, por ser uma política diretamente voltada ao mercado cafeeiro, produz efeitos diretos, principalmente no que tange as exportações de café. Entretanto, há que se notar, que esse convênio apenas fortalece um processo de crescimento crescente da tendência de produção e exportação, apenas legitimando uma saída política para que não houvesse um colapso no principal produto da balança comercial exportadora do país.
- III. **Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918):** Como fator externo de afetação ao mercado produtor e exportador de café, a Primeira Guerra Mundial tem impactos significativos para esse setor, conforme demonstração gráfica, gerando um queda substancial, principalmente a partir do segundo ano de guerra, queda essa, que somente será revertida a partir de 1919.
- IV. **Getúlio Vargas e Queima do Café (posse 1930):** Um dos marcos mais importante da histórica brasileira, a queima do café produz um dos ápices da intervenção do governo para controlar a produção e exportação do café em detrimento da contenção do preço deste. No gráfico, percebe-se os picos de produção do café, tendo em vista que a exportações compunham um cenário de retração. Portanto, a intervenção do governo, tinha como função, principal, adotar medidas de manutenção do preço do café, diante da grande produção, fato que fica redundante através do gráfico.
- V. **Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945):** Como efeito externo, a Segunda Guerra Mundial produziu efeitos semelhantes aos ocorridos na

Primeira Grande Guerra. Os níveis de exportação sofrem significativa queda, gerados pelo esforço de guerra dos países. A recuperação dessas exportações, começam no ano de 1944, um ano antes do fim dos confrontos.

VI. Derrocada do Governo Vargas (1954): Diante de um cenário de crise interna, o fator mais importante são as barreiras impostas pelo governo dos Estados Unidos à importação de café pelo país. Conforme demonstrado no Gráfico 7, a seguir, o preço de importação de café nos E.U.A, tem um crescimento exponencial. Esse fato comprova, ao menos, uma das medidas que complicou o governo Vargas, e que coloca, um ponto final nessa Era.

Gráfico 7 - Preço de Importação do Café nos Estados Unidos (US\$/Libra)



Fonte: 1925 – 1956 Delfim Netto (1973) p. 56

Em suma, dado a análise dos principais pontos de ruptura de crises e políticas, produziu-se o Quadro 2, a seguir, dado uma escala de importância para os eventos baseado nas análises aqui produzidas, sendo os quesitos dessa escala: Pouco; Média; ou Muito importante.

Quadro 2 – Classificação de Importância (Eventos)

Eventos	Nível de Importância – Efeitos ao Mercado Cafeeiro
Encilhamento (1891)	Pouco
Convênio de Taubaté (1906)	Média
Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)	Muito
Getúlio Vargas e Queima do Café (1931)	Muito
Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945)	Muito
Derrocada do Governo Vargas (1954)	Muito

Fonte: Elaboração Própria

Enfim, nessa seção, realizou-se a análise dos dados referentes aos principais pontos de ruptura histórica que tiveram efeitos no Mercado Cafeeiro Brasileiro. Dessa forma, na próxima seção, será realizada a conclusão desse estudo.

CONCLUSÃO

Apresentando o referencial teórico sobre a história do café em perspectiva geral e, também, como foco do Brasil, pode-se observar a importância do café ao longo da história, sendo um dos principais produtos de consumo mundial.

Além disso, os fatores políticos e econômicos que permearam o período pesquisado, mostram a importância do café como determinante das decisões política e alterações na matriz econômica do país. Fato esse, que motivou investigação sobre o tema pesquisado nesse estudo.

Dessa maneira, no presente estudo a perspectiva histórica deu luz para a análise de como alguns pontos de ruptura, em momentos de crises e de implementação de políticas, foram importantes e tiveram diferentes impactos no mercado cafeeiro, principalmente, em relação à produção e exportação do café.

O período de estudo, ou seja, o recorte temporal da pesquisa possibilitou uma visão mais focada dos efeitos praticados sobre o café, e juntamente ao estudo dos dados, pode-se perceber fielmente a relação entre a teoria e a prática estatística.

Nesse sentido, o estudo da história e seu olhar sob o enfoque da economia, possibilitam entender a condução econômica vinculada a fatores políticos e seus antecedentes históricos. Sem essa consonância entre o intercâmbio de estudos, qualquer análise seria pobre em conteúdo e sem uma visão ampliada de como se dão as coisas no mundo da economia.

Portanto, a conclusão é de que fatores diferentes tiveram níveis de importância, também diferentes, principalmente quando analisados através de uma série de tempo, perpassando por períodos históricos onde a importância de cada fator sofre variações, sendo o café a espinha dorsal do final do XIX e começo do XX, não tão mais importante já na metade desse último século, onde a questão social e o início da industrialização do país agora eram a condição e fator determinantes para fomento de políticas e adentra-se ao processo

conhecido como Substituição de Importações, levado a cabo, pelos cepalinos no Brasil, como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Paiva. ***A Ordem do Progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana***. ed. 1. Editora: Campus, 1990.

CANCIAN, Renato. **Revolução de 1930: Movimento Revolucionário derrubou a República Velha**. *UOL Educação*. 2006. Disponível em: < <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/revolucao-de-1930-movimento-revolucionario-derrubou-a-republica-velha.htm>> Acesso em 28 nov. 2017.

FRAGA, Constantino C. **Resenha Histórica do Café no Brasil**. 1963. Disponível em: < <file:///C:/Users/adnan.kalil/Desktop/Caf%C3%A9/asp1-63.pdf>> Acesso em 27 nov. 2017.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Economia da República Velha**. *Textos para Discussão*. Departamento de Economia da PUC, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio. ***Economia Brasileira Contemporânea***. ed. 1. Editora: Campus, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick. SAES, Flavio Azevedo Marques de. TONETO JUNIOR, Rudinei. ***Economia Brasileira Contemporânea***. ed. 1. Editora: Atlas, 1997.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017)**. *Dados Históricos do Ipea*

NUNES, Laura M. Café: **Consumo Regular, Dependência e Consequências para a saúde**. *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UFP*. 2010. Disponível em: < <file:///C:/Users/adnan.kalil/Desktop/Caf%C3%A9/123-134.pdf>> Acesso em 01 out. 2017.

OLIVERA, Itamar Pereira. OLIVEIRA, Luana Carvalho. MOURA, Camila Stéffane Fernandes Teixeira de. **Cultura do Café: histórico, classificação, botânica e fases de crescimento**. *Revista Faculdade Montes Belos*. v. 5, n.4, 2012.

Disponível em: <file:///C:/Users/adnan.kalil/Desktop/Caf%C3%A9/86-331-1-PB.pdf> Acesso em 15 ago. 2017.

PAIM, Antônio. **História Econômica do Brasil**. *Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro*. 2011. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/mircea_buescu.pdf> Acesso em 27 nov. 2017.

PELAEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias**. ed. 2. Editora: Universidade de Brasília, 1981.

RODRIGUES, Helena Leandro. DIAS, Frederico Divino. TEIXEIRA, Natália de Carvalho. **A Origem do Café no Brasil: a semente que veio para ficar**. *Revista Pensar Gastronomia*. v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/adnan.kalil/Desktop/Caf%C3%A9/a44.pdf> Acesso em 27 nov. 2017.